
ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

CNBB (15 de fevereiro de 2020)

1. INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de uma primeira tentativa da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB, formada por professores das universidades católicas e por peritos convidados.¹ Como todos os desafios de propor uma análise de conjuntura, este não poderia deixar de iniciar afirmando que elas são sempre parciais e datadas. Inexiste possibilidade de oferecer uma análise completa que trate de todos os temas possíveis. Cuidou-se, portanto, de oferecer os que causam maior impacto e probabilidade de afetar a realidade sociopolítica. Da mesma forma, a tentativa deseja oferecer, tanto no aspecto internacional como no brasileiro, temas gerais, sem prejuízo de temas específicos que serão apresentados pelos bispos e setores da CNBB, como aqueles exurgentes da própria realidade (p. ex., tráfico de pessoas, mineração, educação, cultura e Congresso Nacional). É um instrumento de diálogo e um serviço à CNBB.

2. O MUNDO

Se durante muito tempo no campo das relações internacionais foi a política que conseguiu conter a economia, especialmente a democracia ocidental (ou liberal) que estruturou os limites ao mercado, o atual modelo destas relações

¹ Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Frei Olávio Dotto – Pastoris Sociais/CNBB, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guterchin – Centro Cultural de Brasília – CCB/OLMA, Antonio Carlos A. Lobão – PUC de Campinas, Francisco Botelho – Perito, Gustavo Inácio de Moraes – PUC Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Cunha – PUC Rio de Janeiro, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC Minas, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política – IP. Este último ficou encarregado da sistematização.

é uma situação histórica em que o oposto é mais provável.² Há uma crise econômica, mas também ambiental, social, cultural e política. Contudo, no atual momento a economia e o “mercado” não estão sob a limitação do espaço decisivo da política, especialmente sob as democracias em crise desde o começo do século, especialmente na década 2009-2019. As próprias normas constitucionais dos países e a noção de soberania têm sido relativizadas como resultado de um período de muitas e expressivas mudanças nestas relações.

Diante disto, é possível afirmar que a economia mundial tem uma permanente e poderosa influência sobre os demais temas, ao mesmo tempo em que se destaca uma contradição em suas condições. De um lado, isto pode levar a um reducionismo. Que, acompanhado de uma mercantilização³ das relações humanas e sociais, pode permitir uma análise que leve à apologia do caos. Não é esta a intenção, pois o que se destaca é um mundo em permanente mudança. Todavia, não está errado o Papa Francisco que, no início de seu pontificado, apontou uma quantidade tão expressiva de conflitos espalhados pelo planeta que poderia indicar estarmos vivendo numa terceira guerra mundial.

Um dos aspectos mais relevantes desta conjuntura tem sido a questão ambiental, submetida a um dos períodos mais complexos da história humana, no ápice do Antropoceno,⁴ tão destacada nos documentos, textos e intervenções do Papa Francisco, como a *Laudato Si'* e a *Querida Amazonia*.⁵

Vivemos numa época de desigualdades. As disparidades na distribuição do rendimento (e da riqueza) atingiram patamares inimagináveis ante as conquistas sociais e tecnológicas. A riqueza mundial, potencializada pelos desenvolvimentos tecnológicos e pela globalização, tem aumentado exponencialmente, mas fica nas mãos de pouquíssimos. Salários baixos, empobrecimento e falta de expectativas, em contrapartida, são o problema da maioria das populações, especialmente nos países periféricos.

2 O término do estado de bem-estar social, nos países desenvolvidos, e a crise dos modelos desenvolvimentistas, na América Latina, selam o final deste ciclo.

3 Denomina-se “mercantilização” a designação de um preço a tudo; o que não tem preço, o que não se pode vender ou comprar, não existe ou é um destes erros que deve ser suprimido.

4 O Antropoceno é tempo geológico da era humana que substitui o Holoceno por conta das mudanças ambientais provocadas pela civilização moderna. O nome tornou-se conhecido no início da década passada por meio de artigos e conferências do holandês Paul Crutzen, ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1995 por seus trabalhos sobre a formação do buraco na camada de ozônio da atmosfera. Cf. VILCHES, Amparo, PRAIA, João, GIL- PÉREZ, Daniel. O Antropoceno: Entre o risco e a oportunidade, *Educação. Temas e Problemas*, 5, Ano 3, p. 41-66, 2008.

5 Disponíveis em http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html; e http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acesso em 15 fev. 2020

O receio pelo futuro do emprego com a crescente automação, pelas reformas neoliberais, frequente desadequação de qualificações ou de competências, a escassez da oferta agudizada pela crise e largamente atribuída à presença de imigrantes, a quem se associa, com facilidade, atos de violência ou mesmo de terrorismo geram uma enorme insegurança e ajudam a alimentar ódios: contra estrangeiros, refugiados e todos os grupos sociais vulneráveis; contra os ricos; contra os políticos; contra os funcionários públicos; contra os mais velhos *etc.*

As redes sociais, que disseminam informação sem filtros e muitas vezes falsa ou alterada, capciosa e representando interesses, ajudam a propagar os receios e os ódios. Houve uma aceleração destas características dada a transformação estrutural dos meios de comunicação, a partir de uma sociedade da indignação.⁶ A esfera pública ficou mais líquida e acelerada, lembrando muito o turbilhão de um liquidificador eternamente ligado: som, fúria e ruído apenas!

No século XX, e depois de crises econômicas graves, houve um surto com opções políticas e escolha de líderes autoritários, figuras em certa medida paternalistas, que diziam o que se deveria fazer e pensar, passando uma pseudosegurança para fazer face ao dia a dia difícil. Depois da segunda grande guerra mundial é que se percebeu a importância do desenvolvimento de economias equilibradas, de justiça social e políticas redistributivas fortes. A implementação do estado de previdência social (sobretudo na Europa) permitiu anos de paz e de socialdemocracia naquele continente. Políticas mais ou menos keynesianas e a aposta em modelos de pleno emprego trouxeram um equilíbrio ao panorama político-institucional que nos habituamos a olhar com sendo a normalidade.

Não é mais. **Há uma economia (ir)real, onde, em princípio o dinheiro não é moeda e tampouco é moeda de papel.** Agora existe uma enorme diversidade de títulos negociados nas bolsas de valores do mundo, como ações, títulos de dívida pública, debêntures e derivativos, que prometem uma rentabilidade muitas vezes fictícia, baseados na confiança de que representam direitos efetivos, mas que não têm contrapartida no mesmo montante na economia real, da produção de valores econômicos.) **É a economia baseada no rentismo.** Nas palavras do Papa Francisco, “uma economia que mata”.⁷ Em caso de uma crise como a de 2008, os riscos de implosão do sistema financeiro assombram a artificial estabilidade política e econômica.

6 HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

7 Exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, nº 55.

Vamos aos números. O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou em janeiro de 2020 suas previsões para o desempenho da economia mundial.⁸ O ano de 2019 ainda não teve seus dados totalmente consolidados, mas há muitos elementos conclusivos. O crescimento de 2019 foi revisto para 2,9% em 2019, para 3,3% em 2020 e 3,4% para 2021. A previsão para o crescimento em 2020 (3,3%) é menor que os anos de 2017 e 2018 – quando a economia mundial se encontrava num processo sincronizado de expansão econômica –, e o crescimento foi de 3,8% e 3,6%, respectivamente.

O crescimento mundial de 2019 é, de toda forma, o mais baixo em uma década. Para 2020, o FMI prevê que a aceleração do crescimento mundial resultará de um maior crescimento nos países emergentes, cuja taxa de expansão passaria de 3,7% em 2019 para 4,4% em 2020. Nos países economicamente mais desenvolvidos, a previsão é que o crescimento fique em 1,6% em cada um dos dois anos. Constata-se cada vez mais menores períodos de expansão econômica (entre crises) e maiores períodos de retração e retrocessos econômicos.

O FMI associa essa desaceleração de 2019 a: (i) barreiras ao comércio internacional; (ii) aumento da incerteza derivada das perspectivas para o comércio e de fatores geopolíticos; (iii) fatores idiossincráticos, que têm afetado as condições macroeconômicas em alguns países emergentes; e (iv) fatores estruturais, como o baixo crescimento da produtividade e o envelhecimento da população nestes países. Isto deve continuar em 2020.

A importância tanto das restrições ao comércio internacional quanto do aumento da incerteza derivada do aumento do protecionismo aparece quando se considera a desaceleração do crescimento do primeiro: conforme o CPB – Centro de Análise de Políticas Econômicas, da Holanda, o crescimento do volume de comércio em relação ao ano passado foi de 1,2%. Em igual período de 2018, foi de 3,5%, e em 2017, 3,3%.⁹ O FMI ainda prevê que, em 2019, o volume do comércio internacional de bens e serviços crescerá 1,0% (os dados devem estar finalizados no fim de fevereiro de 2020), e em 2020, 2,9%, com uma acentuada redução em relação a previsão em outubro que era de 3,2%, em função das perspectivas de menor crescimento nas economias dos países mais desenvolvidos.

A maior desaceleração do crescimento em 2019, segundo o FMI, deve ser na Área do Euro (AE), para 1,2%, ante 1,9% em 2018. Para 2020, projeta-se uma pequena recuperação, para 1,3%. Destaca-se a queda do crescimento na

8 Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/01/20/weo-update-january2020>. Acesso em 15 fev. 2020.

9 Disponível em <https://www.cpb.nl/worldtrademonitor>. Acesso em 15 fev. 2020.

Alemanha, de 1,5% em 2018 para 0,5% em 2019, esperando-se recuperação para 1,1% em 2020. Nos Estados Unidos, o crescimento de 2,9% em 2018, reduzirá para 2,3% em 2019 e 2,0% em 2020 – ainda assim, o ritmo mais forte dentre os países economicamente mais desenvolvidos. Nos países emergentes, após crescimento relativamente robusto em 2018 de 4,5%, as projeções apontam para desaceleração em 2019 (3,7%) e uma recuperação em 2020 (4,4%). O crescimento na China deve cair para 6,1% este ano e 6,0% em 2020, enquanto na Índia o crescimento de 4,8% em 2019 seria seguido por aceleração, para 5,8%, em 2020 (no caso da Índia, a redução na previsão em relação a outubro é de 1,2%).¹⁰

O crescimento na América Latina foi o mais baixo entre as regiões destacadas pelo FMI: apenas 0,1% em 2019, acelerando para 1,6% em 2020. As maiores economias da região vêm de fato tendo desempenho relativamente fraco: as projeções para o Brasil são de crescimento de 1,2%, em 2019, que, entretanto pelos dados mais recentes, deve ser menor e 2,2% em 2020; para o México, de 0,0% e 1,0%; e, para a Argentina, -3,1% e -1,3%, respectivamente.¹¹

Estes números deverão ser reavaliados após a epidemia do coronavírus, também conhecido por COVID-19, iniciada na China (em Wuhan, província de Hubei), que deve impactar diretamente as trocas comerciais, o turismo e a produção industrial em todo o globo. Ou seja, as próximas avaliações do FMI deverão considerar o impacto do vírus na economia chinesa e nas demais economias asiáticas, que, mesmo que haja um rápido controle da epidemia, deverão sofrer forte redução do turismo internacional, fonte importante de crescimento em muitos países.

Apesar deste quadro, a China tem retomado neste século o seu papel de potência hegemônica global, em permanente disputa com os Estados Unidos da América – EUA, com uma política de soft power, especialmente com a Nova Rota da Seda. Contudo, este país passa por uma perda de dinamismo da economia que pode ser em boa medida atribuída aos ventos contrários que impactaram o setor externo, associados ao conflito comercial com os Estados Unidos. Na trajetória recente de exportações e importações, em termos de suas taxas interanuais de crescimento, elas caíram de valores próximos a 20% anuais no início de 2018 para taxas próximas de zero (no caso das exportações) ou negativas (caso das importações) em outubro de 2019. A recente epidemia deve piorar muito estes números, além da trágica perda de vidas humanas.

10 Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/01/20/weo-update-january2020>. Acesso em 15 fev. 2020.

11 Idem.

Além disto, há temas que merecem muita atenção, como os vários conflitos no Oriente Médio, com tantas alianças contraditórias, além de outros espalhados pelo mundo, marcado por violências e desastres urbanos e sociais, as eleições presidenciais nos EUA, com muita probabilidade de reeleição de Donald Trump, um dos personagens que simboliza o modelo de domínio ocidental, uma Europa que necessita de redefinição de seu projeto, após o Brexit e com o aumento de suas disputas eleitorais, em especial nos setores mais conservadores e extremistas, os fundamentalismos religiosos que se espelham sob diversas denominações e os grupos ultraconservadores que estão presentes em todos os lados, impulsionados por think tanks, especialmente na América Latina (AL).

Na atual conjuntura regional, a AL tem passado por diversas transformações. A própria relação do Brasil com a região, um misto de dependência e desconhecimento, leva a que muitos dos problemas aparentem ser algo setorizado, quando há um desmonte consistente das relações geopolíticas, como o MERCOSUL, e as relações diplomáticas dentro dos marcos das organizações, como a OEA (Organização dos Estados Americanos). Além disto, a atuação geopolítica dos Estados Unidos na região e as crises como as da Bolívia, Equador e Argentina, além da grave situação da Venezuela, necessitam de um permanente acompanhamento de seus desdobramentos, devido especialmente ao terrível quadro humanitário com milhões de migrantes e deslocados perambulando pela região. O papel do Brasil, como liderança regional, passa por mudanças e questionamentos.

Neste cenário, há alguns aspectos, que mesmo contraditórios, podem ser considerados como proposições ou ações que merecem um destaque. Cada vez mais os recursos naturais ganham importância social e econômica, como a biomedicina, além de seus aspectos humanos e socioambientais. Há uma tendência forte em valorizar os processos produtivos autossustentados e as cadeias produtivas locais/regionais. Da mesma forma, as novas tecnologias podem ser encaradas como um espaço de formação e treinamento de mão de obra, ainda mais em países como os da América Latina. Há sinais de esperança na retomada de uma indignação popular, em muitos países, com o fortalecimento de movimentos sociais, como os dos indígenas, das mulheres, dos consumidores e dos movimentos e coletivos de direitos humanos.

3. O BRASIL

Nesse quadro mundial, pensar o Brasil e seus desafios é tarefa muito complexa e aqui estão apenas alguns elementos da conjuntura. O presidente Jair

Bolsonaro, eleito em 2018, completou muito recentemente um ano de governo. Neste período ficou evidente que, após três décadas de presidencialismo de coalizão, com seus aspectos positivos e negativos, vem se consolidando um modelo de “presidencialismo de colisão”, com um método que visa, em síntese, (i) atacar as instituições tradicionais, (ii) reduzir os direitos e as conquistas dos últimos anos, além de (iii) modificar a correlação de forças políticas existentes, com base em um populismo de combate com profunda disputa em termos culturais (e religiosos), educacionais e econômicos, e (iv) criar as condições para uma reeleição do mesmo grupo que chegou ao poder em 2018.

Na esteira do quadro mundial, a realidade brasileira em 2019 foi o início da implementação de um conjunto de políticas neoliberais: privatização das empresas públicas, reforma da previdência, corte nos orçamentos dos serviços públicos (principalmente educação, saúde e assistência social), derrubada de barreiras de proteção ambiental e de áreas indígenas, destruição dos direitos e das conquistas dos trabalhadores, recrudescimento do estado punitivista e criminalização de movimentos e de lideranças sociais.

Além destes processos integrados, há um conjunto com os aspectos cruciais no paradigma do populismo de viés de extrema-direita: (a) este se origina de um descontentamento ou desencanto profundo com a situação atual que serviria de atração dos cidadãos ao universo político; (b) o populismo promete crescimento espetacular que possibilite uma distribuição de renda entre os cidadãos; e (c) a repulsa a toda restrição que resolva o que é lógico ou economicamente possível.¹² Numa outra linguagem, está nestes três fatores a crítica subjacente a ideia de que uma Constituição de direitos não cabe no orçamento público, tão em voga em países como o Brasil. No mais das vezes, estes três aspectos dominam os programas políticos e as declarações da maioria dos líderes e movimentos políticos que englobamos nos postulados populistas e que não estão apenas sob o manto do atual governo. Parte dos que estão nas oposições partem dos mesmos modelos, práticas e discursos.

Porém, este modelo sob Bolsonaro consolida as tendências autoritárias de uma sociedade, como a brasileira, que nunca foi um exemplo de democracia, além do conjunto de desigualdades e exclusões tão comuns por aqui (violência estrutural)¹³. E, da mesma forma, consolida uma percepção sobre a sua presença na política nacional.

12 Cf. DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastián (comps.). *Macroeconomía del populismo en la América Latina*. México: FCE, 1992.

13 Cf. Campanha da Fraternidade de 2018, sobre o tema “Fraternidade e superação da violência”. Ver CF 2018, Texto-Base, nº 71.

Pesquisa FSB/VEJA, realizada entre 7 e 10 de fevereiro de 2020 e divulgada no dia 13, traz dados importantes para a compreensão do Brasil. Antes de discutir os dados, há aqui um cuidado. É de ressaltar que este tipo de pesquisa, ainda que válida, não tem o condão de expressar como serão as eleições de 2022. Os mais ansiosos são exatamente aqueles que desejam prever o futuro. Dito de outra forma, muita água vai rolar por debaixo desta ponte. Este tipo de pesquisa, somente sinaliza percepções atuais que podem se alterar completamente a depender da conjuntura à época do pleito.

No campo da intenção de voto para 2022, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, cresceu de 33% em dezembro de 2019 para 37% em fevereiro de 2020. Da mesma forma, a sua popularidade cresceu nos últimos dois meses e, pela primeira vez desde agosto do ano passado, atinge 50% dos entrevistados, conforme o levantamento. Já a sua rejeição (percentual da população que “não votaria de jeito nenhum”) está na casa de 44% dos eleitores em potencial.

A construção de cenários e possíveis concorrentes considera apenas os nomes já conhecidos ou incensados pelos analistas, o que não permite muita análise: Ciro Gomes, João Dória, Fernando Haddad, Sérgio Moro, Flávio Dino, Luciano Huck e João Amoêdo, e, em alguns casos, Lula (ainda inelegível por conta da Lei da Ficha Limpa). A menor rejeição e o maior desconhecimento estão com Flávio Dino, como exemplo de possibilidades (os analistas sempre analisam, nesta etapa, mais pela rejeição e potencial de crescimento).

A pesquisa faz simulações de disputas presidenciais. Num primeiro cenário, Bolsonaro tem 37% das intenções de voto, contra 13% do ex-prefeito Fernando Haddad que, por sua vez está tecnicamente empatado com Luciano Huck (12%) e Ciro Gomes (11%). João Amoêdo possui 4% das intenções e João Doria, governador de São Paulo, 3%.

Noutro cenário, que propõe Luiz Inácio Lula da Silva como candidato do PT, a vantagem de Bolsonaro cai para 31% das intenções de voto, contra 28% de Lula, o que caracteriza empate, haja vista a margem de erro. Num eventual segundo turno, nessas condições, Bolsonaro teria 45% das intenções de voto, contra 40% de Lula.

Doutro lado, há uma rejeição grande para o trio Lula, Haddad e Ciro (entre 54 e 57%). Apenas para relativizar os dados, na média, há cenários de disputa eleitoral em que a abstinência eleitoral (não comparecimento, brancos e nulos) não é superior a 5%, o que é um valor idílico na realidade brasileira. Outros nomes irão surgir no cenário político brasileiro até 2022. O sucesso deles é outra questão.

É, contudo, na área de avaliação do atual governo federal que fica consolidada uma tendência que se fixou desde agosto de 2019. Há uma cristalização de apoios e desapoios que podem ser assim divididos: um terço da população com Bolsonaro; outro terço apoiando alguns temas e desaprovando outros (a turma do “regular”); e, por fim, outro terço de brasileiros que estão desgostosos (“ruim” e “péssimo”). Da mesma forma, a aprovação do governo está em tendência de alta (de 44% em agosto de 2019 para 50% em fevereiro de 2020).

Este quadro tem como causa as tensões de uma eleição permanente, tanto na situação, quanto nas oposições. Estas dão a este tipo de avaliação um aquecimento muito eficaz para constituir um governo sob permanente disputa, outra das características do “presidencialismo de colisão” sob Bolsonaro. Seu populismo de combate não deixa de aprofundar a relação entre decepção e esperança, outro dado presente quando se analisa a avaliação do eleitor entre presente e futuro previsto na pesquisa (estática desde agosto de 2019).

As áreas do governo bem avaliadas, como combate à corrupção e segurança, ainda estão na conta de Sérgio Moro (apesar de sua pouca ação neste campo, ele continua como o ministro mais bem avaliado), enquanto os temas econômicos (combate ao desemprego e inflação) ou os temas sociais (educação, saúde pública e combate à pobreza) estão muito mal avaliados. É importante destacar que a ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, a pastora Damares Alves, fica logo atrás de Moro na avaliação positiva dos ministros do atual governo.

A avaliação do Congresso Nacional continua pior que a do Executivo. Certamente, a criminalização da política, principalmente pela mídia, estimula o desencanto com as políticas institucional e partidária que sempre estão balançando entre os brasileiros. Não será fácil reverter este quadro. Com tantos números, o que há é uma ilusão de que estes são representativos e definitivos. Não são! Apenas indicam um roteiro com muitas páginas ainda a serem escritas e reescritas.

Dentro do governo, recentes alterações nas cadeiras transformaram o Palácio do Planalto em um universo militar. As presenças na Casa Civil de Walter Souza Braga Netto (general do Exército), no Gabinete de Segurança Institucional de Augusto Heleno (general da reserva do Exército), na Secretaria de Governo de Luiz Eduardo Ramos (general do Exército) e na Secretaria-Geral de Jorge Oliveira (major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal), além do almirante Flávio Augusto Viana Rocha para chefiar a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), dão a dimensão da militarização no governo apenas vista no regime da ditadura cívico-militar entre 1964 e 1984. Ao militarizar o

Planalto, Bolsonaro procura resolver dois aspectos: um pouco mais de eficiência e muito menos resistência. Em síntese, como perdeu muita força na dinâmica de Brasília, especialmente ante ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário, além dos desgastes com a burocracia militar pelas suas demissões desastrosas, tenta um apoio mais firme das altas patentes das Forças Armadas, o que ainda dependerá de muitas possibilidades.

Dentre as principais ameaças existentes neste período da conjuntura brasileira, destacam-se o desmonte das políticas públicas, como saúde (desfinanciamento do SUS) e a educação pública (como a batalha do FUNDEB e a gestão desastrosa do ministro Abraham Weintraub), a repetida sucessão de desastres urbanos e sociais, os crimes socioambientais, como os de Mariana e Brumadinho, os processos de exclusões das periferias nas metrópoles e nas médias cidades, o crescimento das milícias e de um criminalidade/criminalização seletiva, inclusive dos movimentos sociais, a presença de atores que dão sustentação ao modelo do atual governo, mesmo entre setores da economia e da sociedade com relativa informação, uma crise fiscal do Estado, uma economia que vive a dar voos de galinha, a falta de cuidados com o patrimônio cultural, com as memórias e os acúmulos de dados sociais, os ataques aos povos indígenas, o crescimento do modelo neopentecostal dentre as denominações cristãs, o endividamento de parcela majoritária da população brasileira e o crescimento da crise republicana com entretuchos entre os poderes.

O relatório da Frontline Defenders, publicado no Brasil em 14 de janeiro de 2020,¹⁴ afirma que no ano de 2019 foram assassinados 23 ativistas de direitos humanos, fazendo com que o país passe a figurar entre os quatro países em que mais se assassina defensores de direitos humanos, inclusive este ano marca a passagem de 15 anos do assassinato da irmã Doroty Stang.

Dentre as questões que expressam o complexo cenário atual, pode-se citar o crescimento de um projeto de poder do modelo neopentecostal dentre as denominações cristãs, inclusive com o lançamento para as eleições de 2020 de candidatos evangélicos e militares. Também é importante ressaltar o impacto do endividamento de parcela majoritária da população brasileira. O percentual de famílias com dívidas alcançou, em janeiro de 2020, 65,3% do total.¹⁵

Há sinais, cada vez mais evidentes, que a Amazônia está no centro do tabuleiro geopolítico global. A nomeação do general Mourão para presidir o

14 Disponível em <https://www.frontlinedefenders.org/pt>. Acesso em 17 fev. 2020.

15 Disponível em <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-1>. Acesso em 17 fev. 2020.

Conselho da Amazônia, sem a presença dos governadores daquela região, e os interesses exploratórios e de ocupação militar que unem grupos econômicos e ações governamentais contrastam claramente com a posição da Igreja expressa na exortação do Papa Francisco Querida Amazonia.

Este cenário é ampliado pelos riscos de propostas que estão sendo gestadas, como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) n° 80, de 2019, do Senador Flavio Bolsonaro (PSL/RJ), que “Altera os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural”, ao condicionar a desapropriação da propriedade urbana e da rural à prévia autorização do poder legislativo ou de decisão judicial, observando-se em ambos os casos o valor de mercado da propriedade na indenização, com riscos de legalização da grilagem e da inconstitucionalidade de venda de terras fronteiriças e o PL (Projeto de Lei) n° 191/2020, proposto pelo Poder Executivo, que trata da mineração e da geração de energia elétrica em terras indígenas, tão antagônico quanto anacrônico. Neste modelo, além de diversas inconstitucionalidades, as terras e os povos indígenas são preteridas por um pequeníssimo grupo de interesse: os mineradores, profissionais e amadores, madeireiras e agonegócio. É mais uma porta de entrada para a destruição do meio ambiente, dos direitos dos povos originários e das vidas de centenas de milhares de brasileiros que serão vítimas de mais uma agressão.

Ao analisarmos a economia brasileira em 2019 e as perspectivas para 2020, as principais variáveis são o desemprego e a informalidade, pois estes são os aspectos socioeconômicos que, junto com a inflação, impactam a política. No caso da inflação, por razões internas (baixo crescimento) e externas (queda preços das commodities entre outros) a tendência é de continuar relativamente baixa, devendo ficar próxima de 3,5%. No caso do desemprego, cujo resultado em 2019 pela PNAD/IBGE apresentou uma taxa média que recuou de 12,8% em 2018 para 11,9%, a população sem trabalho, na média 12,6 milhões de desocupados, apesar de ter representado um recuo de 215 mil em relação a 2018, quase dobrou na comparação com o melhor resultado da série, em 2014, quando tivemos 6,8 milhões de desocupados. Mas o resultado mais preocupante é que o trabalho informal cresce enquanto a taxa de desocupação apresenta pequena melhora. No Brasil temos 41,1% de mão de obra ocupada em trabalho sem proteção, chegando a quase 50% em 11 estados, todos no Norte e Nordeste. Esses trabalhadores são absorvidos pelos setores de transporte (concentrado em

motoristas e entregadores através de aplicativos) e alojamento (de acordo com a classificação do IBGE, que incluiu vendedores de quentinhas).¹⁶

Do ponto de vista econômico o país vai indo muito mal, na medida em que a presente década deverá apresentar crescimento medíocre, muito pior que o observado na década de oitenta, conhecida como a década perdida. O crescimento médio da década não acompanhará sequer o crescimento demográfico do país, conforme pode ser visto na tabela a seguir. Mudanças drásticas no campo econômico se fazem necessárias, pois nem mesmo nessa área a sociedade tem podido se beneficiar para melhorar sua qualidade de vida, mesmo porque a redução do ritmo de crescimento tem sido acompanhado de piora na distribuição de renda no Brasil. Após reduções constantes do índice de Gini¹⁷ na primeira década do novo milênio, o indicador voltou a apresentar aumentos significativos em 2018 e 2019, segundo o IBGE.

**Brasil: Taxa média de crescimento anual
nas últimas décadas - 1981 a 2020**

Período	População	PIB	PIB <i>per capita</i>
1981 - 1990	2,0%	1,6%	-0,4%
1991 - 2000	1,6%	2,6%	1,0%
2001 - 2010	1,2%	3,7%	2,5%
2011 - 2020	1,0%	0,8%	-0,3%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Obs. Crescimento do PIB estimado em 0,89%
para 2019 e 2% para 2020.

Mas há sinais de esperança ante a uma quadra histórica tão difícil. Muitas instituições e movimentos sociais estão se rearticulando para enfrentar os tempos atuais. Temas como a “economia de Francisco”, o “pacto educativo global”,

¹⁶ Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/b0ddd29054629c5a9958446be85a65ed.pdf. Acesso em 17 fev. 2020.

¹⁷ O índice de Gini é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, unidade federativa ou município. Recebeu esse nome em referência ao seu desenvolvedor, o matemático italiano Conrado Gini, que criou esse cálculo no ano de 1912 sob a preocupação de mensurar o quanto um determinado local pode ser igualitário ou desigual social e economicamente. Sua importância efetiva-se diante das limitações que outros índices – como o PIB e a renda *per capita* – possuem para medir a distribuição de riquezas. A medição do índice de Gini obedece a uma escala que vai de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (com desigualdade máxima), que são dois números cujos valores jamais serão alcançados por nenhum lugar, pois representam extremos ideais. Nesse sentido, quanto menor é o valor numérico do coeficiente de Gini, menos desigual é um país ou localidade. Graficamente, a representação do Índice de Gini é realizada a partir da chamada curva de Lorenz, que mostra a proporção acumulada de renda em função da proporção acumulada da população.

também proposto pelo Papa, a Semana Social brasileira, o XVIII Congresso Eucarístico Nacional (15 a 20 de novembro de 2020, em Recife), num universo, ou articulações como os das greves em curso, muitas delas potentes, como a dos petroleiros, da educação pública (ex. Minas Gerais), manifestações como as da juventude (8 de março) e a do funcionalismo público (18 de março), os engajamentos nas redes sociais, a resistência cultural nas periferias a partir dos grupos identitários, as eleições municipais de outubro de 2020 podem identificar a capacidade e a potência de uma vida que pulsa para além de nosso pouco conhecimento, apontando que as resistências e as mudanças não virão das estruturas, mas da articulação dos grupos sociais e dos homens e das mulheres de boa vontade.

Nas atuais condições, as mudanças urgentes não parecem menos importantes que as mudanças civilizacionais. Daí a necessidade de abandonar a ideia de uma sociedade totalmente distinta e lutar aqui e agora por uma sociedade com mais dignidade, com mais justiça, com mais solidariedade, não só com os outros, como com a própria natureza e as nossas naturezas. Não apenas uma “Alternativa”, mas sim alternativas nos são exigidas. As possibilidades poderão não ser as mais radicais. Contudo, há que radicalizar as que realmente existem ao ponto de sua transfiguração e consolidação de um novo momento.

Temos os erros e os acertos do passado diante de um presente que grita. Com extremo cuidado e juízo, desvestidos do autoritarismo e distantes do individualismo, podemos fazer algo com temperança e esperança, mesmo que sejam análises de conjuntura que podem apresentar algum advento, com a esperança e a alegria de quem não o teme. Porque ainda é muito cedo para ser tarde demais!

